

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
CL

ARBITRAGEM DOS SERVIÇOS MÍNIMOS

Nº Processo: 11/2017/DRCT- ASM

Conflito: Arbitragem para definição de serviços mínimos.

Assunto: Definição de serviços mínimos requerida pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, na sequência das greves decretadas pelo SNCGP – Sindicato Nacional do Corpo dos Guardas Prisionais para os dias 24, 25, 26 e 27 de dezembro de 2017 (para seis estabelecimentos prisionais) e para 24, 25 e 26 de dezembro de 2017 (para os restantes estabelecimentos prisionais).

ACÓRDÃO

I – Os factos

1. O SNCGP – Sindicato Nacional do Corpo dos Guardas Prisionais dirigiu às entidades competentes dois avisos prévios de greve, para os dias 24, 25, 26 e 27 de dezembro de 2017 (para seis estabelecimentos prisionais) e para 24, 25 e 26 de dezembro de 2017 (para os restantes estabelecimentos prisionais), sob a forma de paralisação total do trabalho.
2. Em face do aviso prévio, realizou-se na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) uma reunião entre as partes no dia 11 de dezembro de 2017, tendo sido possível firmar um acordo entre as partes quanto a serviços mínimos e meios necessários para os assegurar, exceto quanto aos seguintes pontos:
 - a) Assegurar um dia de visita aos reclusos no fim de semana de greve (sábado e/ou domingo) e uma visita dos familiares diretos no dia de Natal, visitas em que será garantido o recebimento e entrega de saco trazido pelos visitantes, nos termos habituais;

- b) Garantir que os reclusos possam fazer uma chamada telefónica no dia de Natal;
- c) Assegurar o funcionamento das padarias que forneçam pão, no âmbito dos contratos de prestação de serviços de alimentação à população reclusa;
- d) Nos dias úteis garantir o acesso dos reclusos ao trabalho produtivo nos termos habituais, o qual engloba todas as atividades instrumentais para a realização do mesmo;
- e) Permitir a entrada das empresas para a realização de intervenções de reforço de segurança nos Estabelecimentos Prisionais de Carregueira, Caxias, Leiria Jovens, Linhó, Pinheiro da Cruz e Tires;
- f) Assegurar a realização do serviço religioso na época do Natal.




Relativamente aos meios, não existe acordo relativamente à determinação do Efetivo necessário para os Estabelecimentos Prisionais.

3. Neste sentido, veio a DGRSP solicitar a intervenção da DGAEP, com vista à negociação de um acordo, neste particular. Assim, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 398.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, realizou-se na DGAEP, no dia 12 de dezembro de 2017, uma reunião com vista à negociação de um acordo de serviços mínimos para a greve em referência, na qual estiveram presentes o SNCGP e a DGRSP.
4. As partes mantiveram as suas posições iniciais, não logrando chegar a um acordo.
5. Foi, entretanto, promovida a formação deste Colégio Arbitral, que ficou assim constituído:

Árbitro Presidente: Dr. José de Azevedo Maia (por impedimento do árbitro efetivo e do 1.º suplente)

Árbitro representante dos Trabalhadores: Dra. Maria Alexandra Massano Simão José (por impedimento do árbitro efetivo e do 1.º suplente)

Árbitro representante do Empregador Público: Dr. Carlos Manuel Silvério da Palma (por impedimento do árbitro efetivo e do 1.º, 2.º e 3.º suplentes)
6. Por ofícios (e e-mails) de 13 de dezembro de 2017, foram as partes notificadas, em nome do Presidente do Colégio Arbitral, para a audição prevista no n.º 2 do artigo 402.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho.
7. As partes pronunciaram-se, em tempo, sobre os serviços mínimos e os meios necessários para os assegurar.

- 
- 
- 
8. O Sindicato Nacional do Corpo dos Guardas Prisionais sustentou a sua posição nos argumentos que, em súmula, se enunciam:

Quanto às visitas o SNCGP alega que, em greves anteriores, a DGRSP aceitou e defendeu "que se realizasse uma visita ao fim-de-semana apenas para aqueles reclusos que não podem ter essa hora de visita durante a semana (o que apenas acontece em alguns estabelecimentos prisionais)" e por isso é que a greve só começa no domingo.

O Sindicato refere ainda que nunca existiram chamadas telefónicas específicas ou especiais, independentemente da altura do ano e, em negociações anteriores, "a DGRSP nunca se preocupou com o telefonema diário de cada recluso".

No que respeita ao trabalho produtivo, refere o SNCGP que "o Sr. Diretor-Geral, em greves anteriores de dois e três dias, nunca colocou objeções à não realização do trabalho produtivo".

Quanto à entrada de viaturas para deixar material para a realização do trabalho produtivo pelos reclusos, o SNCGP considera que existe má-fé por parte da DGRSP ao não assumir "a obrigatoriedade de acompanhar cada viatura ou pessoa estranhos ao EP, que existe e se pratica em todos os EP".

O SNCGP refere ainda que, relativamente às obras de "reforço de segurança" em curso em 6 EP, durante a greve anterior não entrou ninguém nos EP afeto a esse trabalho, pelo que "não vai ser nos dias a seguir ao natal que isso acontecerá". Acrescentou ainda que esse trabalho é efetuado, praticamente todo, pelo pessoal do CGP ou pelos reclusos.

No que concerne ao serviço religioso, o SNCGP sublinha que tal não se inclui no artigo 15.º do Estatuto do CGP. Acresce que se trataria de uma discriminação em favor de uma religião específica e a realização desse serviço "teria de obrigar à permanência de mais pessoal do CGP para assegurar a segurança e vigilância dos reclusos e também das pessoas externas ao EP, que nesta data podem ser em número muito significativo".

Por fim, o SNCGP sublinha que o dia-a-dia de cada EP é mais agitado nesta altura do ano, pelo que o número de efetivos calculado através da média dos três fins de semana de dezembro seria insuficiente para assegurar todas as tarefas e colocaria em causa a segurança dos estabelecimentos prisionais e das pessoas.

9. A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, por seu turno, assentou a sua posição nos fundamentos que a seguir se sintetizam:

A DGRSP começa por referir que "o recluso não pode ser privado da visita semanal dos familiares, com a entrega de saco pelos visitantes nos termos habituais, sob pena de grave violação dos seus direitos, sendo de salientar que a não realização de visitas semanais colide em absoluto com a manutenção de vínculos familiares e de amizade de visitantes,

causando um incomensurável dano a todos aqueles que, por compreensíveis razões de disponibilidade ou de distância, só têm possibilidade de visitar familiares ou amigos em reclusão aos fins de semana”.

Acrescenta ainda que, “considerando a quadra natalícia, época tradicionalmente dedicada às reuniões familiares, torna ainda mais relevante a questão das visitas e chamadas telefónicas, pelo que deverá ser assegurado um dia de visita aos reclusos no fim de semana de greve (sábado e/ou domingo) e uma visita dos familiares diretos no dia de Natal, visitas em que será garantido o recebimento e entrega de saco trazido pelos visitantes, nos termos habituais, bem como garantir que os reclusos possam fazer uma chamada telefónica no dia de Natal.”

A DGRSP alega que o trabalho produtivo dos reclusos, nos termos habituais, é uma necessidade social impreterível à luz do quadro legal nacional e internacional, assegurado com recurso a entidades externas, sendo que algumas delas, na impossibilidade deste trabalho ser prestado, equacionam a rescisão dos instrumentos de colaboração com a DGRSP”. Será também necessário assegurar as atividades instrumentais associadas, como por exemplo, a entrega da matéria-prima e/ou recolha do material manufaturado.

De acordo com a DGRSP, a não concretização das intervenções de reforço de segurança nos EP de Carregueira, Caxias, Leiria Jovens, Linhó, Pinheiro da Cruz e Tires “até final do corrente ano e a consequente não realização financeira daí decorrente, implica que as verbas afetas para o efeito no ano de 2017 e orçamentadas para este período temporal sejam consideradas não executadas, portanto perdidas e que tal despesa irá onerar o orçamento de 2018, sem contudo terem sido tais encargos previamente previstos aquando da elaboração do plano de intervenções para 2018, o que poderá determinar o adiamento de alguma das ações urgentes previstas para 2018, com os custos e prejuízos daí decorrentes”.

A DGRSP defende que os serviços mínimos de fornecimento de alimentação devem “incluir a laboração das padarias dos EP que as possuam, pois que, contratualmente, no âmbito dos contratos de prestação de serviços de alimentação à população reclusa está previsto o fornecimento do pão fabricado com mão-de-obra prisional nestas padarias”.

No que respeita à realização do serviço religioso na época do Natal, a DGRSP considera ser “importante porque o recluso mantém a titularidade de direitos fundamentais, in casu, o direito de liberdade de religião e de culto”.

Quanto aos meios, a DGRSP considera que deverá “manter-se a média dos meios habitualmente escalados para os fins de semana do corrente mês, pois que não há qualquer acréscimo de trabalho e as visitas já são por si só trabalho de fim de semana.

Conclui, sublinhando que “durante os dias úteis do período de greve (2) os serviços também não consomem mais meios que os habitualmente escalados aos dias não úteis, até porque

estamos em período de férias judiciais e não há realização de visitas" e "desde que seja garantida a realização do trabalho produtivo acresce ao contingente dos fins de semana o habitualmente escalado à realização do trabalho produtivo".

II - Apreciação e fundamentação

1. Face ao exposto, pode firmar-se, e em síntese, o seguinte:

- a) O SNCGP dirigiu às entidades competentes dois avisos prévios de greve, para os dias 24, 25, 26 e 27 de dezembro de 2017 (para seis estabelecimentos prisionais) e para 24, 25 e 26 de dezembro de 2017 (para os restantes estabelecimentos prisionais), sob a forma de paralisação total do trabalho.
- b) Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 398.º da LTFP, realizou-se na DGAEP, no dia 12 de dezembro de 2017, uma reunião com vista à negociação de um acordo de serviços mínimos para a greve em referência.

As partes não chegaram, todavia, a um acordo quanto aos serviços mínimos;

- c) Constituído o presente Colégio Arbitral, e convidadas as partes para se pronunciarem, vieram as mesmas confirmar as matérias controvertidas e as razões que suportam a sua posição.
2. Compulsada a documentação junta ao processo, pode concluir-se que não existe acordo quanto ao seguinte:
- g) Assegurar um dia de visita aos reclusos no fim de semana de greve (sábado e/ou domingo) e uma visita dos familiares diretos no dia de Natal, visitas em que será garantido o recebimento e entrega de saco trazido pelos visitantes, nos termos habituais;
 - h) Garantir que os reclusos possam fazer uma chamada telefónica no dia de Natal;
 - i) Assegurar o funcionamento das padarias que forneçam pão, no âmbito dos contratos de prestação de serviços de alimentação à população reclusa;
 - j) Nos dias úteis garantir o acesso dos reclusos ao trabalho produtivo nos termos habituais, o qual engloba todas as atividades instrumentais para a realização do mesmo;
 - k) Permitir a entrada das empresas para a realização de intervenções de reforço de segurança nos Estabelecimentos Prisionais de Carregueira, Caxias, Leiria Jovens, Linhó, Pinheiro da Cruz e Tires;

- l) Assegurar a realização do serviço religioso na época do Natal.

Relativamente aos meios, não existe acordo relativamente à determinação do Efetivo necessário para os EP.

Assim, o Colégio Arbitral debruçar-se-á, apenas, sobre a matéria controvertida.

3. Face ao disposto no n.º 1 e n.º 2 alínea a) do artigo 397.º da LTFP, não restam dúvidas a este Colégio sobre o enquadramento dos serviços prestados pelos guardas prisionais, enquanto serviços que se destinam à satisfação de necessidades sociais impreteríveis. De resto, esta tem sido a jurisprudência reiterada pelos Colégios Arbitrais.

É que:

- a) Está em causa, com esses serviços, a necessidade de garantir o respeito de outras garantias constitucionais;
- b) São serviços insuscetíveis de auto-satisfação individual;
- c) Não existem meios paralelos ou alternativos viáveis para satisfação das necessidades concretas em causa; e, para além disso,
- d) As necessidades em apreço não podem, pela sua natureza, ficar privadas de satisfação pelo tempo que a paralisação vai durar.

Aliás, sobre o direito à greve dos trabalhadores prisionais e aos direitos dos reclusos que configuram necessidades sociais impreteríveis, há já abundante jurisprudência que se encontra disponível em <http://www.dgaep.gov.pt/rct/arbitragem/arbitragem.htm>

Os Colégios Arbitrais têm procurado encontrar um equilíbrio que não sacrifique o direito dos grevistas mais do que o indispensável, para garantir os direitos da população reclusa que consideram de igual relevo constitucional, uma vez que as necessidades sociais impreteríveis dos reclusos, que delas não podem ficar privados pelo tempo da greve, estão dependentes dos serviços que lhes são proporcionados e não são suscetíveis de auto satisfação, nem podem ser supridas por meios que não os prestados pelo pessoal prisional.

Os Colégios Arbitrais têm, também, considerado que o artigo 15º do Decreto-Lei nº 3/2014, de 9 de Janeiro, ao enumerar vários serviços mínimos, não faz senão fixar os mínimos dos mínimos, ou seja, aqueles serviços que o legislador, geral e abstratamente, pôde desde logo vislumbrar como absolutamente essenciais. Mas, precisamente porque a lei é geral e abstrata, a sua aplicação em concreto implica várias ponderações, nomeadamente as circunstâncias de cada caso e a pormenorização que não cabe na norma mas se impõe aquando dessa aplicação. Este artigo não tem, nem pretende ter, carácter exaustivo pelo que a novidade desta norma está, sobretudo, em prescrever que, no caso de greve do Corpo da Guarda Prisional, há sempre lugar ao estabelecimento de serviços mínimos, o que não acontece nas greves de outros

trabalhadores.

Sabendo-se, pelo exposto, quais são as necessidades sociais impreteríveis, que há que salvar, podemos partir já para o exame do concreto caso desta greve.

Para tanto, convém repetir que os serviços mínimos visam a satisfação das necessidades sociais impreteríveis da população prisional, as quais não têm natureza variável, antes são constantes, ainda que possam, de acordo com as circunstâncias concretas, apresentar-se com maior ou menor grau de premência.

Daí que se considere que os serviços mínimos, no âmbito dos estabelecimentos prisionais, não devem variar mais do que o imponham as circunstâncias particulares de cada greve.

Na senda do decidido por sucessivos Colégios Arbitrais, que este Colégio acompanha e em que se louva e nos acórdãos da Relação de Lisboa de 14 de janeiro de 2015, no processo n.º 625/14.7YRLSB, de 16 de dezembro de 2015, no processo n.º 1239/15.0YRLSB e de 5 de abril de 2017, no processo n.º 232/17.2YRLSB, direitos como o acesso ao ensino, formação profissional e ao trabalho constituem contributos relevantes para a reinserção dos reclusos, contribuindo do mesmo passo para a delimitação do exercício do direito à greve.

Atenta a época natalícia em que se desenrolam as greves, é de considerar, que os pontos das alíneas B1 h) e k) são de considerar como integrando o conceito de serviços mínimos. Esta quadra é por tradição um momento particular para reunião entre familiares, sendo este um direito fundamental dos presos, mas também dos visitantes, alguns dos quais somente nesta época é que se encontram e, nem sendo sempre possível o contacto pessoal, somente o contacto telefónico permite esse encontro.

Por outro lado e ainda a este respeito, deve notar-se que os familiares e outros visitantes dos reclusos podem ter obrigações laborais ou outras que não lhes possibilitem deslocar-se aos estabelecimentos prisionais nos dias úteis.

Quanto às questões suscitadas relativamente ao trabalho produtivo, tal como se refere no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 5 de abril de 2017, já citado, o acesso ao trabalho constitui um importante contributo para a reinserção social dos reclusos e para a dignificação destes enquanto pessoas, que necessariamente inclui as tarefas inerentes ao funcionamento do serviço de padaria.

A realização do trabalho em causa (intra e fora de muros) no período da greve constitui um justo equilíbrio entre o direito à greve do Corpo dos Guardas Prisionais, por um lado, e os direitos da população reclusa, de igual relevância constitucional, por outro.

Considerando que as obras para reforço da segurança nos Estabelecimentos Prisionais da Carregueira, Caxias, Leiria Jovens, Linhó, Pinheiro da Cruz e Tires revestem carácter essencial e inadiável e a sua eventual não realização atempada pode comprometer irremediavelmente a sua

concretização e gerar instabilidade nos estabelecimentos prisionais.

Nos direitos fundamentais da população reclusa também se inclui o direito à segurança (artigo 2.º da CRP), que assim também tem de ser considerado na ponderação das circunstâncias particulares do caso.

O Colégio Arbitral não considera o conteúdo da alínea ff) como necessidade social impreterível, na dimensão constitucional que ela assume, não considerando, por isso, como integrando os serviços mínimos a fixar, no caso desta greve.

Quanto aos meios, porque o período da greve abrange um domingo (dia 24), uma segunda-feira (dia 25), uma terça-feira (dia 26) em que há tolerância de ponto para a administração pública e a maior parte da atividade comercial e industrial do país não trabalha nesse dia, como é tradicional, praticamente só fica um dia útil de trabalho (dia 27) para seis Estabelecimentos Prisionais.

III – Decisão

Em face do exposto, o Colégio Arbitral previsto no n.º 1 do artigo 400.º da LTFP e constituído nos termos do n.º 2 do mesmo preceito, decide, por unanimidade, fixar os seguintes serviços mínimos e meios para os assegurar:

1) Quanto aos serviços mínimos:

- a) Assegurar uma única visita a realizar, no período da greve, de familiares diretos ou da pessoa indicada pelo recluso aquando da sua admissão, caso essas mesmas pessoas não tenham feito a visita durante os dias úteis das respetivas semanas, visitas em que será garantido o recebimento e entrega de saco trazido pelos visitantes, nos termos habituais.
- b) Garantir que durante o período de greve os reclusos possam fazer uma chamada telefónica.
- c) Garantir o acesso dos reclusos ao trabalho produtivo dentro do estabelecimento prisional e no exterior, nos termos habituais, o qual engloba todas as atividades instrumentais necessárias à realização do mesmo.
- d) Permitir o funcionamento das padarias nos EP que as possuem, no âmbito dos serviços mínimos de alimentação.
- e) Permitir a entrada das empresas para a realização de intervenções de reforço de segurança nos seguintes Estabelecimentos Prisionais: Carregueira, Caxias, Leiria Jovens, Linhó, Pinheiro da Cruz e Tires;

2) Quanto aos meios:

- a) Nos dias não úteis, deve ser assegurado o efetivo habitualmente escalado para o fim-de-semana;
- b) Nos dias úteis, deve ser escalado um número de efetivos igual ao habitualmente escalado para os dias não úteis, acrescido dos habitualmente escalados à realização do trabalho produtivo.

Lisboa, 19 de dezembro de 2017

O Árbitro Presidente,


(José de Azevedo Maia)

A Árbitro representante dos Trabalhadores,


(Maria Alexandra Massano Simão José)

O Árbitro representante do Empregador Público,


(Carlos Manuel Silvério da Palma)

